

**18° Congresso Brasileiro de Sociologia  
26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)**

**Grupo de Trabalho: As cidades no século XXI**

**Título: Impactos da Urbanização Neoliberal em favelas da cidade do Rio de Janeiro**

**Patricia Ramos Novaes – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ**

## **Introdução**

Nas últimas décadas, mudanças no padrão de governança urbana na cidade do Rio de Janeiro, levaram a diversos ajustes e reestruturações socioespaciais, condizentes com o que chamamos de urbanização neoliberal.

O Rio de Janeiro se tornou palco de grandes eventos internacionais e a construção de uma imagem de cidade preparada para estar sob os holofotes internacionais passou também pela proposição de políticas públicas voltadas para a promoção do Rio de Janeiro. As favelas, especialmente da zona sul da cidade, se destacam como um dos pontos centrais para a promoção desta nova imagem.

Este trabalho tem como objetivo discutir o impacto da urbanização neoliberal em três favelas da zona sul do Rio de Janeiro: Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangueira, observando seus efeitos sobre a reorganização destes territórios.

Apona-se como hipótese que as favelas na zona sul vêm vivenciando processos combinados de ressignificação simbólica e valorização imobiliária, o que parece gerar transformações em sua configuração urbana e levar a processos de gentrificação.

Para debater esta hipótese, o artigo se divide em três partes. Na primeira discutimos, como vem se dando o processo de urbanização neoliberal na cidade do Rio de Janeiro. Na segunda, apresentamos as três favelas, nosso foco de análise, e em seguida analisamos os processos de ressignificação que elas vêm passando, a partir de levantamento de informações em jornais e revista de grande circulação, além de algumas entrevistas realizadas entre janeiro e julho de 2016 com moradores das favelas, policiais da UPP, funcionários do Posto de Atendimento Urbanístico e Social - POUSO e donos e gerentes de empreendimentos nas favelas. Na terceira e última parte refletimos sobre os processos de gentrificação nas favelas e apontamos que este parece ser um processo que ainda não se estabeleceu completamente e vem enfrentando barreiras, o que nos levou a denominar este processo como uma gentrificação periférica.

## **1 – Impactos da urbanização neoliberal na ordem urbana da cidade do Rio de Janeiro**

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi fundado em uma lógica mercantil excludente das classes populares, criou uma vasta massa urbana constituída por segmentos de trabalhadores inseridos de maneira precária no mercado de trabalho e trabalhadores desempregados.

Uma vez que o crescimento das cidades não foi acompanhado de políticas de provisão de habitação e regulação política do uso e ocupação das terras urbanas, pode-se dizer que a exclusão de parte da população ao mercado imobiliário e o seu acesso seletivo aos recursos urbanos, levaram a um padrão de produção e reprodução das cidades no Brasil, onde coexiste a informalidade e a ilegalidade da terra (autoconstrução de favelas e periferias) com a produção formal feita pelo Capital imobiliário e pelo Estado.

Esta seria a base para a compreensão da ordem urbana desigual e combinada da cidade do Rio de Janeiro. Desigual, devido aos acessos a infraestrutura e aos serviços urbanos (habitação, transporte, saneamento, coleta de lixo etc.) não serem iguais para os grupos sociais e combinado devido a conformação de uma relação de formalidade e informalidade dos padrões de reprodução social, como a moradia.

Cabe apontar que esse caráter desigual e combinado da ordem urbana gerou contradições, na medida em que ameaçou a própria dinâmica do mercado formal, pois o adensamento e expansão de habitações informais em áreas nobres da cidade, como a zona sul, desvalorizou parte destes espaços pela proximidade física dos locais considerados de violência, pobreza e escassez de infraestrutura urbana.

Buscando ajustar essa ameaça à dinâmica do mercado habitacional, um conjunto de políticas e práticas adequados à mercantilização da cidade do Rio de Janeiro começou a ser colocada em prática no início dos anos 2000, fato que denominamos de urbanização neoliberal.

Entendemos como urbanização neoliberal o que Theodore, Peck e Brenner (2009), apontam como um processo de transformação socioespacial, caracterizada por uma dinâmica que envolveria um processo de destruição criativa de estruturas urbanas, instituições de gestão e marcos regulatórios. Em

outros termos, a urbanização neoliberal poderia ser interpretada como uma modalidade de ajuste espacial (Harvey, 2005).

Neste entendimento, pode-se dizer que houve um avanço de projetos urbanos neoliberais na cidade, nos quais as políticas urbanas estão atreladas aos interesses privados e direcionadas a espaços específicos da cidade, tanto para o crescimento econômico orientado ao mercado, como para as práticas de consumo das elites.

Sobre isto, Harvey (2005) aponta algumas estratégias de desenvolvimento econômico adotadas pelos governos que utilizam o “empreendedorismo urbano” como forma de gestão de suas cidades. A primeira se relaciona com a ideia de exploração de vantagens específicas para produção de bens e serviços. Algumas dessas vantagens derivam da base de recursos de uma localidade, porém, outras vantagens são criadas pelo investimento público na infraestrutura física e social, fortalecendo a base econômica da localidade.

Difícilmente se vê algum desenvolvimento em larga escala sem que o governo estimule e/ou promova diretamente a reestruturação de áreas centrais, promoção de megaeventos, urbanização de favelas, turismo imobiliário, entre outros. Para entender como esse processo vem ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro é importante ressaltar que desde 1993, a cidade vem recebendo sucessivas administrações municipais que de alguma forma apontam para com esse caráter empreendedor.

No de 2007, o Rio de Janeiro sediou os Jogos Panamericanos, certamente um evento de menor porte, mas que indicava uma direção da política urbana para a realização de grandes eventos. Ao fazermos uma breve avaliação do impacto dos Jogos Panamericanos para a cidade do Rio de Janeiro, percebemos que seu processo foi marcado por problemas como extrapolação do orçamento inicial, conflitos com desapropriação de moradias e apropriação privada da infraestrutura urbana criada basicamente com os recursos públicos. Outra discrepância foram as participações financeiras entre os setores público e privado. A justificativa para as parcerias público-privadas - PPPs era o papel essencial do empresariado no financiamento das obras. Porém, foi demonstrado que o governo federal contribuiu com 44,7% e o governo municipal com 33,8%. Já o governo estadual e o setor privado tiveram menor participação. Especulase que este último tenha contribuído com apenas 4,3% do total de financiamento

para o evento (OLIVEIRA, 2009).

Já os impactos sociais dos eventos esportivos mais recentes (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos) foram marcados por intenso processo de remoção de favelas, valorização imobiliária da cidade e criação de PPPs para construção de infraestrutura urbana e gestão de serviços basicamente com os recursos públicos (municipal, estadual e federal).

O poder público municipal aparece como um dos principais promotores destes projetos de renovação urbana, atuando de diversas formas, envolvendo a articulação ou elaboração dos projetos, o financiamento direto de diversas intervenções, a concessão de incentivos fiscais e isenções de impostos para a atração dos empreendimentos privados, a instituição de parcerias público-privadas e a adoção de novos arranjos institucionais de gestão do espaço urbano e de mudanças na legislação anteriormente vigente, em especial aquela relacionada aos parâmetros construtivos.

Assim, podemos dizer que seus impactos espaciais na cidade, seria expresso pela reconfiguração urbana de algumas localidades na cidade, como o bairro da Barra da Tijuca, a área portuária e a Zona Sul, apontando para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais da cidade do Rio de Janeiro e para possíveis processos de gentrificação.

Especificamente, as transformações em curso na ordem urbana da Zona Sul da cidade, parecem sugerir que este território está vivenciando processos que combina a ressignificação simbólica das favelas situadas nesta região, a valorização imobiliária das áreas situadas no entorno das favelas da Zona Sul e risco de gentrificação em algumas favelas.

Cabe apontar que algumas favelas situadas na zona sul da cidade tem sido objeto de ativas políticas culturais e sociais promovidas pelo poder público e de iniciativas do setor privado, onde verificam-se a instalação de hostels, bares e casas noturnas, que atraem turistas e moradores de outras áreas, em um processo de ressignificação simbólica destas áreas.

Neste sentido, cabe indagar se esta ressignificação não teria por objetivo tornar as favelas da zona sul um ativo simbólico capaz de revalorizar seu entorno, uma vez que estão situadas em bairros de alta valorização imobiliária.

## 2 – Transformações urbanas, valorização e ressignificação simbólica nas favelas Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangureira

As favelas do Vidigal, Babilônia e Chapéu Mangureira, situadas na zona sul, região mais nobre da cidade, são exemplares desse processo de mercantilização de territórios populares no Rio de Janeiro, sob a égide do urbanismo neoliberal.

Com cerca de 4.585 domicílios e 12.797 moradores<sup>1</sup>, o Vidigal está entre o bairro do Leblon e São Conrado. Sua ocupação data da década de 1940, impulsionada tanto pela urbanização dos bairros de Ipanema e Leblon, quanto pela abertura da Av. Niemeyer (TEPEDINO, 2007).

Figura 01 – Vidigal



Fonte: Google Earth

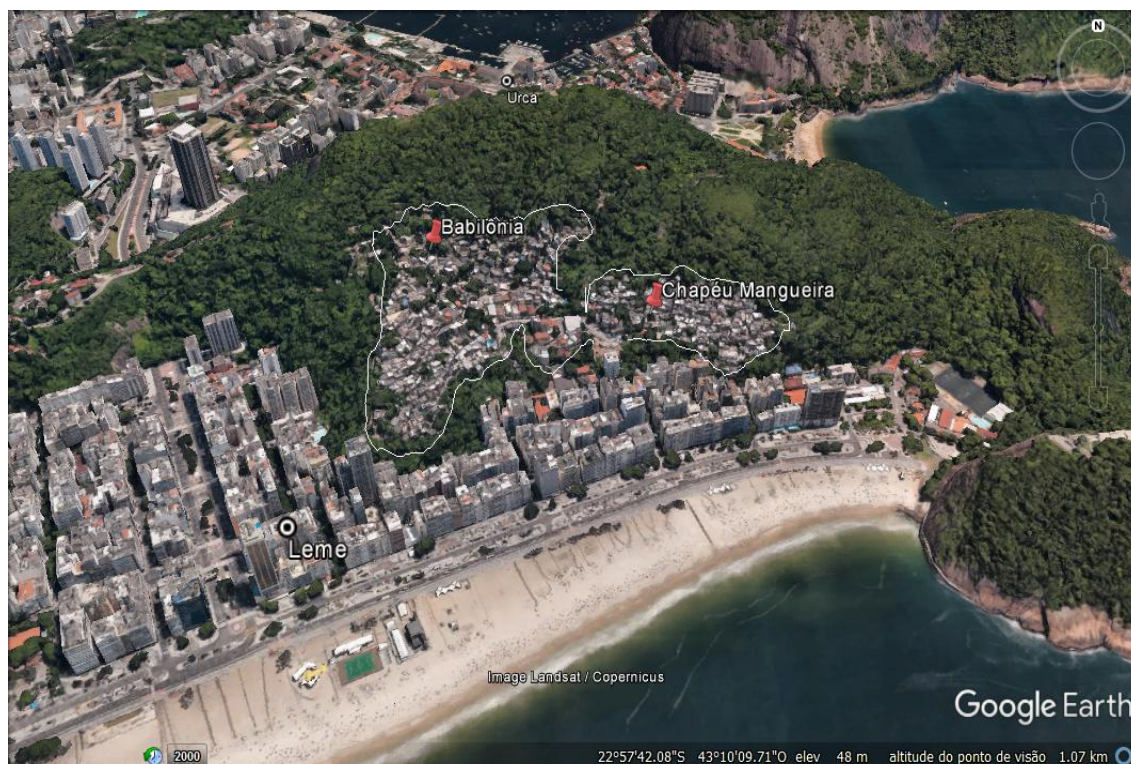
A partir do bairro do Leme é possível chegar às favelas Chapéu Mangureira e Babilônia que ficam na encosta do Morro da Babilônia, pertencente a uma Área de Proteção Ambiental.

---

<sup>1</sup> Rio de Janeiro: IBGE, 2010. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: nov. 2014.

A ocupação de suas encostas se deu a partir do início do século XX, tendo maior expressão a partir de 1930, quando foram de fato criadas as duas favelas. Atualmente a favela Babilônia possui cerca de 777 domicílios e 2.451 moradores e o Chapéu Mangureira possui cerca de 401 domicílios e 1.288 moradores<sup>2</sup>.

Figura 02 – Babilônia e Chapéu Mangureira



Fonte: Google Earth

Tanto o Vidigal quanto a Babilônia possuem trilhas como grande atrativo turístico que levam até o topo do morro dos Irmão (Vidigal) e da Pedra do Urubu (Babilônia), garantindo belas vistas da cidade.

Mas não é apenas em função da vista e da localização que essas favelas ficaram conhecidas. Suas histórias de construção e consolidação são atravessadas por momentos que marcaram esses territórios como locais de efervescências culturais, o que lhes garantiu certa rota de fuga frente aos discursos hegemônicos que marcaram as favelas como locais da ilegalidade, da

---

<sup>2</sup> Rio de Janeiro: IBGE, 2010. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: nov. 2014

marginalidade e da violência (VALLADRES, 2005; GONÇALVES, 2013; LEITE, 2015).

Essas particularidades históricas e culturais são alguns dos pontos fundamentais para compreensão das transformações socioespaciais que estas favelas têm vivido, aliado a valorização imobiliária desse território, especialmente após a implantação da UPP.

Passadas diversas tentativas de expulsão, o Vidigal ecoou para além do morro quando, em 1977, mais uma tentativa de remoção ganhou visibilidade e um apoio mais amplo da sociedade, uma vez que o real motivo para o despejo veio à tona: a empresa Rio Towers teria adquirido o terreno onde até hoje se localiza a favela para a construção de um hotel de luxo. O caso ganhou repercussão e atraiu a atenção de advogados, movimentos sociais e artistas, culminando em um show de apoio à luta dos moradores. Posteriormente, esse processo foi ainda impulsionado pela criação do grupo de teatro Nós do Morro, em 1986, o qual também alcançou significativa notoriedade e teve importante papel na disseminação da imagem do Vidigal como um local de ativa produção cultural na cidade.

Já a Babilônia e o Chapéu Mangueira chamaram atenção de diretores de cinema e serviram de locação para alguns filmes, tais como: Orfeu negro (1959), de Marcel Camus; Tropa de Elite (2007), de José Padilha; Chapéu Mangueira e Babilônia – histórias do morro (1999) de Consuelo Lins; e Babilônia 2000 (1999), de Eduardo Coutinho. Mais recentemente em 2015 foram cenários de uma novela da rede Globo, cujo nome foi Babilônia. Além disso, estas favelas são também conhecidas como uma das portas de entrada para o Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca que se estende da Ilha de Cotunduba até o Parque da Chacrinha em Copacabana.

A partir da década de 1990, as favelas cariocas ficaram marcadas pela violência e criminalidade devido ao aumento expressivo do tráfico de drogas. De acordo com Leite (2015), é a partir desse momento que as favelas passam a ser representadas, sobretudo, como “territórios da violência”.

Constituídas na percepção social como “territórios da ilegalidade”, as favelas passam a ser geridas como “territórios da violência”. Ou seja, essa nova representação das favelas e de seus moradores atrelada à imagem do tráfico de

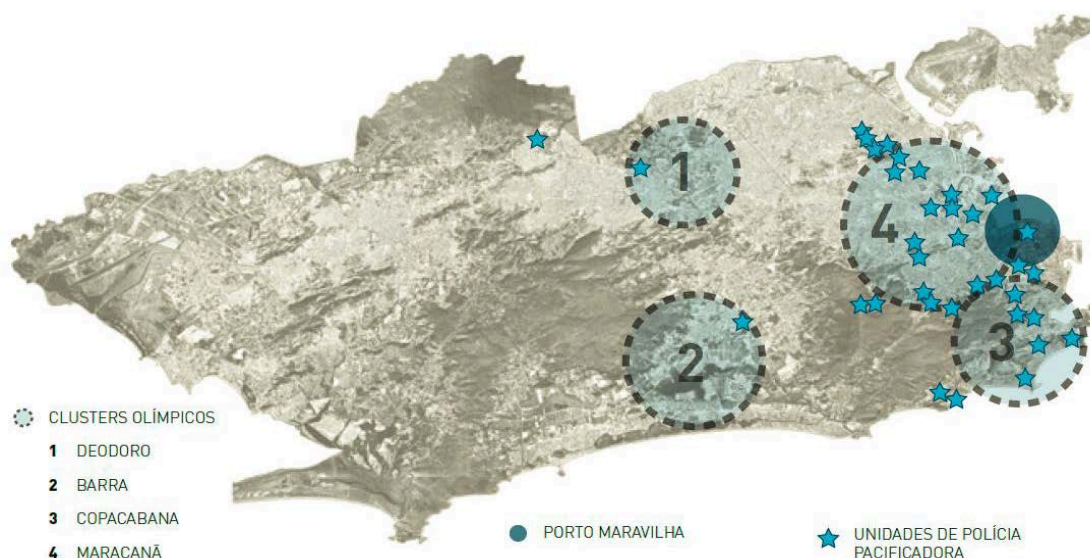


drogas violento é sobreposta à representação de espaços ilegais, criando uma imagem radicalmente oposta entre favela e bairros formais.

No entanto, a partir da segunda metade dos anos 2000, em um período no qual a imagem da cidade emerge como seu principal atrativo no mercado global, a violência passa a ser um problema a ser combatido. Desta forma, o programa de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadora, lançado em 2008, aparece como estratégico para o Rio de Janeiro para garantir a atração dos megaeventos esportivos e garantir a oportunidade de investimentos, especulação e valorização imobiliária em várias frentes da cidade.

Azevedo e Faulhaber (2014) chamam atenção para distribuição das UPPs pelo território, concentradas nas áreas de maiores investimentos para receber os megaeventos esportivos.

Figura 3- Localização das UPPs no Rio de Janeiro/2014



Fonte: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico, de Lena Azevedo e Lucas Faulhaber. Rio de Janeiro: Mórula, 2015, pág. 60

Nesse sentido, a ocupação policial permanente aparece como condição para entrada do Estado – e não só dele. Segundo Leite (2015) estava implícito aqui a ideia de que a segurança seria necessária não apenas para a preservação dos moradores, mas para o próprio funcionamento das instituições públicas ali. E, por que não, também do mercado.

Tomando como referências as três favelas, pode-se dizer que os discursos em torno delas mudaram mais radicalmente a partir da implantação da UPP, em 2009 na Babilônia e Chapéu Mangueira e em 2012 no Vidigal. Com a “pacificação”, as transformações parecem ter tomado proporções significativas, seja pela velocidade, seja pela alteração da própria paisagem urbana.

As entidades de classe do setor imobiliário foram entusiastas do programa de pacificação, devido à valorização dos imóveis no entorno das favelas que recebiam a unidade de polícia pacificadora. De acordo com a vice-presidente do Sindicato da Habitação no Rio (Secovi Rio), em entrevista à Folha de S. Paulo, em 2011<sup>3</sup>, a “segurança pública é um elemento fundamental, os bairros com UPP tiveram valorização quase imediata. Foi um fator determinante”.

Logo após as forças policiais entrarem nas favelas do Vidigal e da Rocinha, as últimas da zona sul a receberem as Unidades de Polícia Pacificadora, a imprensa já afirmava que as entidades do mercado imobiliário apontavam uma valorização dos imóveis da região. Para o presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio (Ademi-RJ), “a UPP vai valorizar os imóveis entre 70% e 100% em algumas regiões do bairro. É o preço real de morar bem, em área nobre, ao lado de uma comunidade pacificada”. (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2011) <sup>4</sup>

Em 2012, com o título “Invasão estrangeira na favela”, o jornal O Globo fez uma matéria apontando que estrangeiros que chegam à cidade têm preterido o asfalto em favor das favelas pacificadas.

O fenômeno, que se intensificou com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), surge a partir da recém-conquistada segurança desses locais e, principalmente, do preço mais acessível dos imóveis em relação à parte baixa da cidade. Apesar do sucesso da integração dos novos vizinhos, moradores das comunidades e especialistas acendem o alerta: o movimento está causando uma valorização imobiliária que afeta os que sempre viveram nesses locais (O GLOBO, 2012) <sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> UPP faz preço de imóveis disparar no Rio. Folha de S. Paulo Online, 15 mar. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/888964-upp-faz-preco-de-imoveis-disparar-no-rio.shtml>. Acesso em 17 mar. 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/mercado-ve-imoveis-mais-caros-em-sao-conrado-com-upp-da-rocinha.html>. Acesso em 14 mar. 2016.

<sup>5</sup> Fonte: <http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/invasao-estrangeira-na-favela-476302.html>

Entretanto, um primeiro elemento fundamental para a compreensão desse processo, que envolve uma maior ofensiva do mercado formal para dentro das favelas, diz respeito ao papel do poder público como agente responsável por liberar novas porções do território para a exploração do mercado, normalmente, através de grandes intervenções no território, no sentido de uma renovação urbana.

O Vidigal não recebeu grandes obras de urbanização desde o fim das intervenções do Favela-Bairro, em 1998. Contudo, depois de mais de uma década sem receber grandes investimentos públicos, entre 2010 e 2015 foram realizadas importantes intervenções na favela através da GEO-RIO6, órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pela contenção de encostas. Nesse período, foram dois projetos implementados, o primeiro viabilizado com recurso do município e o segundo através de recursos do PAC, totalizando R\$ 6,1 milhões em investimento.

A Babilônia e Chapéu Mangueira receberam o projeto "Morar carioca verde". Que incluíram intervenções nas redes de água, esgoto e drenagem, a contenção de encostas, reflorestamento; entre outras ações. Além disso, foram construídas unidades sustentáveis para moradores de áreas de risco.

As favelas receberam, também, inúmeros programas municipais através do Rio+Social<sup>7</sup>, presente nas áreas pacificadas, que tem como objetivo coordenar programas sociais, culturais, ambientais e de desenvolvimento nas favelas pacificadas, através da articulação entre município, Estado, empresas e ONGs.

Outra dimensão fundamental para compreensão das transformações socioespaciais nestas favelas estão relacionadas ao plano simbólico. A superação dos discursos hegemônicos que marcaram as favelas como locais de violência não depende apenas das transformações físicas do território, como a instalação da UPP e algumas melhorias urbanas, mas está muito atrelada a capacidade do mercado, e do poder público, em alterar essa imagem para algo atrativo para uma classe média e alta consumidora.

Ao falar em descaracterização do território popular, queremos chamar atenção para as mudanças nos padrões de sociabilidade, dos usos do espaço,

---

<sup>7</sup> Mais informações em: <http://www.riomaisocial.org/territorios/vidigal/>. Acesso em jun. 2016.

na imagem da favela, tanto para dentro, do ponto de vista dos novos e velhos moradores, quanto para fora, ou seja, para a forma como a imagem da favela é mobilizada – e vendida – por novos agentes que encontram ali um produto a ser disponibilizado no mercado. Essa ressignificação é fundamental para uma nova rodada de mercantilização da cidade, na qual a favela emerge como ativo em um processo de valorização das suas áreas do entorno e do seu próprio território. A questão de fundo aqui é: como a pobreza é ressignificada dentro desse processo de mercantilização do território?

Nesse sentido, são muitos os exemplos. O termo favela tem sido ressignificado de tal forma a remeter não mais a ideia de um território de carências, mas a uma experiência a ser consumida. Favela está nos nomes das festas promovidas no Hotel Mirante do Arvrão no Vidigal, com ingressos que variam de R\$ 80 a R\$ 100,00, está nas camisetas vendidas por grandes marcas e está em propaganda do Bar do David no Chapéu Mangueira, ganhador do concurso regional e nacional de Comida de Buteco.

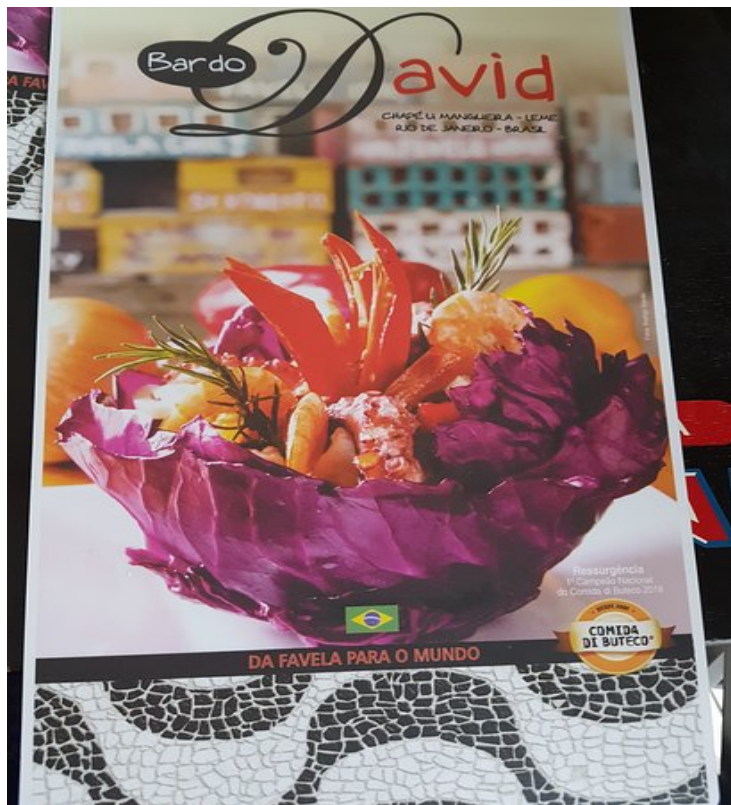
Figura 1 - Anúncio da marca Osklen: T-Shirt 'Vidigal' - R\$ 127



Fonte: Reprodução / Internet<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Disponível em: <http://store.osklen.com/t-shirt-pet-vidigal-mc.html>. Acessado em junho de 2017.

Figura 4 – cardápio bar do David no Chapéu Mangueira



Fonte: Reprodução Internet/ TripAdvisor <sup>9</sup>

Também chama atenção o número de hostels que compõem a paisagem das favelas atualmente, recepcionando centenas de turistas nacionais e internacionais. Dentre eles, destaca-se o luxuoso Hotel Mirante do Arvrão: “vendemos uma experiência”. Segundo Carolina, gerente do Hotel Mirante do Arvrão, é assim que os altos custos das diárias são justificados pelos donos do hotel. O empreendimento, projetado pelo famoso arquiteto Hélio Pellegrino, possui quatorze suítes e um quarto coletivo, o menos procurado pelos turistas. As diárias vão de R\$ 70 no quarto coletivo, R\$ 200 nas suítes, até R\$ 700 na suíte principal.

<sup>9</sup> [https://www.tripadvisor.com/LocationPhotoDirectLink-g303506-d3419154-i252130609-Bar\\_do\\_David-Rio\\_de\\_Janeiro\\_State\\_of\\_Rio\\_de\\_Janeiro.html](https://www.tripadvisor.com/LocationPhotoDirectLink-g303506-d3419154-i252130609-Bar_do_David-Rio_de_Janeiro_State_of_Rio_de_Janeiro.html). Acessado em junho de 2017.

Figura 5 - Suíte principal do Hotel Mirante do Arvrão



Fonte: Reprodução da internet /O Globo<sup>10</sup>

O bar localizado no hotel – que, de início, fazia parte da rede Belmonte – é frequentemente alugado por produtoras de eventos para a realização de festas, com ingressos que variam entre R\$ 80 e R\$150.

Já no hostel e pousada Aquarela do Leme na Babilônia, a diária do quarto coletivo chega a R\$ 60 e a suíte chegam a R\$ 250.

Figura 6 – Suíte do hostel e pousada Aquarela do Leme



Fonte:

Reprodução da internet / Aquarela do Leme<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Disponível em:

<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/no-topo-do-vidigal-hostel-mirante-do-arvrao-fechara-portas.html>. Acessado em junho 2017.

<sup>11</sup> <http://www.aquareladoleme.com>. Acessado em junho de 2017.

### **3 – Refletindo a gentrificação nas favelas**

A discussão sobre os impactos territoriais da urbanização neoliberal no Rio de Janeiro envolve também a discussão sobre o fenômeno da gentrificação.

Com base nas formulações de Neil Smith (1987; 2006), a gentrificação é um fenômeno que implica a substituição de uma classe social por outra em decorrência da elitização e valorização de localidades que sofreram ao longo do tempo desinvestimento e se tornaram áreas decadentes da cidade. O investimento nestas áreas pouco a pouco levou a sua valorização e conseqüentemente a descaracterização, seja pela mudança do espaço físico (prédios novos ou renovados, lojas e serviços especializados etc), seja pela mudança do perfil de moradores.

Neste sentido, pode-se dizer que há indícios de processos de gentrificação nestas favelas, pois pode-se observar mudanças no padrão dos comércios e serviços, mudança no perfil da população que circula e consome estes serviços e um aumento do preço dos imóveis residenciais.

Porém, alguns bloqueios podem alterar este processo. Dentre eles, estaria o peso simbólico das favelas, identificadas desde as primeiras formações como territórios da ilegalidade, da violência e da vulnerabilidade social. Outro bloqueio, seria a fragilidade das políticas públicas para as favelas. Em relação à segurança pública, mesmo com projeto de polícia pacificadora, com objetivos explícitos de levar a “paz” a essas localidades, a lógica de gestão desses territórios continuou sendo de controle social repressivo dos moradores.

Pesquisas (CANO, 2012; BURGOS et alii, 2011, entre outras) afirmam que na percepção dos moradores de algumas favelas com UPP, a melhora na condição de vida ocorreu devido à diminuição de armas ostensivas e o confronto dos traficantes de drogas com a polícia, porém inúmeros depoimentos apontam a persistência das práticas policiais abusivas e violentas (revistas vexatórias, intimidação dos moradores, violência física, etc). Além disso, há relatos da interferência dos policiais em suas organizações de base e no controle da sociabilidade local como festas e eventos.

Atualmente, as tentativas de retomada do tráfico de drogas destes territórios e os inúmeros confrontos com a polícia e outras facções, aliado a crise econômica que o Estado do Rio de Janeiro vem passando desde finais do ano

de 2015 - inclusive sem pagamento de funcionários dos órgãos de segurança pública - vem abalando o programa de pacificação de favelas. A volta da insegurança e confrontos violentos com troca de tiros, seguido de mortes nas favelas vem impactando o projeto de ressignificação e as práticas empreendedoras nestes territórios. É possível que se amplie os processos de repressão dentro das favelas, seja pela própria polícia, seja do tráfico.

Em relação as políticas de urbanização e habitação há uma reconfiguração dos programas. O programa morar carioca foi reduzido, não contemplando o seu escopo inicial de urbanização de favelas. Assim, os programas atuais estão menos fundados em intervenções urbanas como a mobilidade dentro das favelas, as melhorias em asfalto e calçamentos de vias, as contenções de áreas de risco ambiental etc e mais voltados para pequenas intervenções nas moradias com o programa Cimento Social<sup>12</sup> e o programa de regularização fundiária.

Neste contexto, preferimos dizer que a gentrificação nestes territórios de favelas parece ser um processo em aberto, que ainda não se estabeleceu completamente e vem enfrentando barreiras, o que nos leva a denominar este processo como uma gentrificação periférica. Utilizamos este termo para caracterizar um processo que combina política de urbanização, segurança pública e dinâmicas comerciais e turísticas em um território popular na tentativa de ressignificar, valorizar e integrar esta localidade à lógica formal dos bairros da zona sul. Porém, a apropriação da classe média vem se dando em determinados espaços da favela (e não da sua totalidade) o que pode levar a uma diferenciação interna e a reprodução do padrão de segregação residencial que combina proximidade residencial com distância social das classes.

### **Considerações finais**

Os processos de transformações urbanas destas favelas parecem mais complexos, pois pelo menos até o momento, parece pouco provável apostar no total desaparecimento das classes populares destes territórios. Elas ainda são consideradas espaços de moradia popular, porém há claramente tendências a

---

<sup>12</sup>Promover a recuperação de moradias precárias em algumas favelas na cidade.



um processo elitização em determinados espaços, onde se concentram hostels, festas, bares e restaurantes para classe médias. Estas transformações socioespaciais vividas pelas favelas são elementos em disputas e vão depender da correlação de forças dos atores envolvidos.

Atualmente, as tentativas de retomada do tráfico de drogas destes territórios, aliado a crise econômica que o Estado do Rio de Janeiro vem passando está abalando o programa de pacificação de favelas e consequentemente colocando barreiras a essa urbanização neoliberal da cidade.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas (2015). *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula.

CASTRO, et al (2014). *O Projeto Olímpico da Cidade do Rio de Janeiro: Reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do direito à cidade*. In Rio de Janeiro: Os impactos da copa do mundo 2014 e das olimpíadas 2016, Rio de Janeiro: Letra Capital.

GONÇALVES, Rafael (2013). *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Editora PUC-Rio.

HARVEY, David (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.

LEITE, Marcia (2015). *De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de "pacificação"*. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Marcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra (Orgs). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistência*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

OLIVEIRA, Alberto de (2009). *O emprego, a economia e a transparência nos grandes projetos urbanos*. In Anais do Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-americanos) – 11 a 14 de julho de 2009. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (2013). *Governança Empreendedorista e Megaeventos Esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira*. *O Social em Questão*, N.º 29.

SMITH, Neil (2006). *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global*. In: Bidou-Zachariasen,

Catherine. De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dois centros urbanos. São Paulo: Annablume, pp.59-87.

TEPEDINO, Cristina (2007). *Cotidiano escolar e mudança sociocultural: a experiência do Colégio Stella Maris*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil (2009). *Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados*. Temas Sociales, Santiago, n. 66, mar.

VALLADARES, Lícia (2005) . *A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.